

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL POR MEIO DA AGROECOLOGIA X DIVERSIFICAÇÃO: AGRICULTURA, COMÉRCIO, AGROINDÚSTRIA E TURISMO

*Carmem Rejane Pacheco Porto*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 39: 141-158, jul., 2012.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37322/24103>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jul., 2012.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL POR MEIO DA AGROECOLOGIA X DIVERSIFICAÇÃO: AGRICULTURA, COMÉRCIO, AGROINDÚSTRIA E TURISMO<sup>1</sup>

CARMEM REJANE PACHECO PORTO<sup>2</sup>

## RESUMO

O espaço rural vem apresentando uma série de mudanças reveladas, através dos arranjos espaciais e dos modos de vida. Com o objetivo de refletir sobre essas mudanças, foi analisado, nesta pesquisa, a agricultura, o comércio, a agroindústria e o turismo numa interface com as formas organizativas adotadas pelos agricultores no intuito de manter a sua subsistência e agregar renda aos seus produtos e serviços, consoante com os princípios de sustentabilidade. O caminho metodológico, que compreende a análise dos arranjos espaciais e dos modos de vida, toma como fundamento teórico o espaço geográfico, entendido como a expressão das formas de organização social que foram estabelecidas no período histórico – 1997 a 2009 – e que traduzem os conflitos que se dão na apropriação deste espaço social. Pela complexidade inerente aos arranjos espaciais, considera-se nessa construção a compreensão das práticas sociais na interação dialética estabelecida na reprodução do espaço geográfico. Aplica-se a análise de conteúdo como recurso metodológico, à entrevista serviu como referência, e as informações reveladas pelos entrevistados se constituíram como subsídio para a análise das interações entre a sociedade e a natureza.

**Palavras-chave:** Espaço geográfico. Espaço rural. Arranjos espaciais. Modos de vida.

SPATIAL TRANSFORMATION THROUGH  
AGROECOLOGY VS. DIVERSIFICATION:  
AGRICULTURE, TRADE, AGROINDUSTRY AND TOURISM

## ABSTRACT

Rural areas are changing significantly what is revealed through the spatial arrangements and the way of living. Thinking about these changes, this re-

---

1 Este artigo é parte da tese de doutorado Reinvenção espacial: agroecologia e turismo - sustentabilidade ou insustentabilidade? Orientado pela Prof Drª Dirce Maria Antunes Suertegaray.

2 Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Brasil. Correio Eletrônico: carmempporto@gmail.com

search analysis agriculture, trade, agro-industry and tourism in the interface with organizational forms adopted by agricultures aiming at keeping their subsistence and collecting income to the products and services according to the principles of sustainability. The methodology used to understand the analysis of the spatial arrangements and the way of living works with the geographic space. This geographic space is the expression of the forms of social organization that were established in the historical period of 1997 to 2009. It shows the conflicts happened in the social space appropriation. Since the spatial arrangements are very complex, it is considered in this construction the social practice understanding in the dialectical interaction established in the reproduction of the geographical space. Discourse analysis is applied as a methodological resource to the interview used as reference. The information revealed by the interviewers served as data to the analysis of the interaction between society and nature.

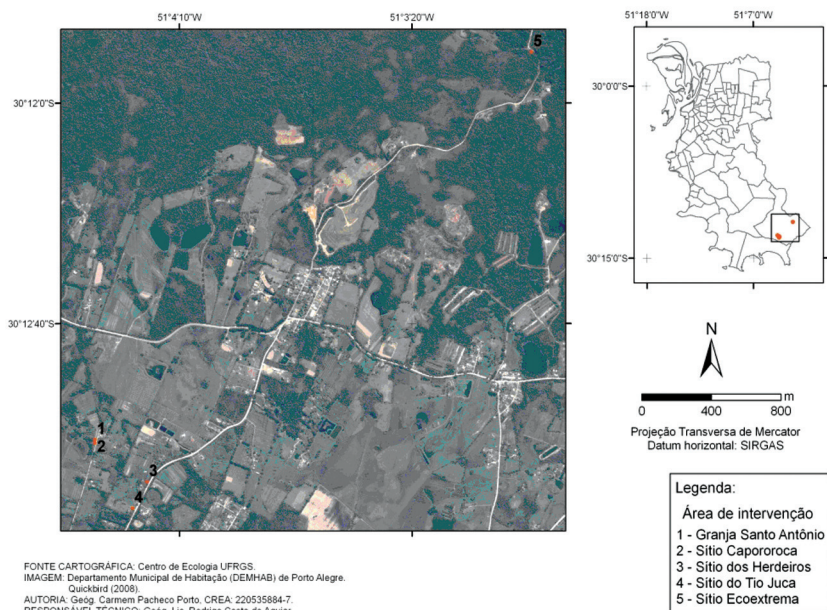
**Keywords: Geographical space. Rural areas. Spatial arrangements. Ways of living.**

## INTRODUÇÃO

Apresentar os modos de vida e os arranjos espaciais, as funcionalidades que se estabelecem no espaço rural e as relações daí resultantes, é fundamental para entender as novas formas de organização socioeconômica, mais uma vez decorrentes das mudanças em escala macro. Em uma análise macroeconômica, observa-se que o desenvolvimento do capitalismo tem promovido o crescimento das atividades terciárias, onde se incluem os serviços; entre esses, o turismo. Porém, as transformações mais recentes observadas na área de estudo não atingem apenas o turismo, mas em diferentes escalas e dimensões atingem outros segmentos da economia que buscam alternativas no contexto do sistema capitalista.

Objetivando analisar as diferentes atividades econômicas toma-se a agricultura, o comércio, a agroindústria e o turismo, resultantes da diversificação, em cinco estabelecimentos turísticos rurais, as propriedades agroecológicas: o Sítio Ecoextrema, a Granja Santoantônio, o Sítio Capororoca, o Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros fig.1. Esses se localizam na Macrozona 8, também denominada de cidade rururbana, conforme definido no Plano Diretor de Porto Alegre, em que a ocupação urbana está mesclada com a produção primária e a configuração espacial diferencia-se das demais áreas do município intensamente urbanizadas.

Figura 1  
Localização da área de estudo no município de Porto Alegre



Fonte: Elaboração da autora, com base na fonte cartográfica do Centro de Ecologia/UFRGS e imagem do Depto. Municipal de Habitação de Porto Alegre.

## UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA PARA LEITURA DO ESPAÇO RURAL

A temática da agricultura e do turismo em Geografia é relativamente recente e remonta o século XX. Em relação agricultura temos como marco as mudanças ocorridas no campo, em decorrência da modernização da agricultura e do acirramento dos conflitos sociais pela concentração da renda e da terra. Já o turismo tornou-se importante nos anos 60 e 70, com a consolidação do turismo de massa nos países centrais e periféricos, principalmente, em decorrência das manifestações geradas pelos impactos causados por essa atividade no ambiente. As mudanças ocorridas no campo são verificadas nos processos espaciais. Os arranjos espaciais registrados na paisagem estão intimamente relacionados ao estilo de vida de grupos sociais, que, com diferentes interesses, no seu dinamismo cotidiano, constroem suas vidas através de interações sociais ocorridas ao longo do tempo.

Santos (1985, p. 51), ao discutir o espaço geográfico, fala de processo e da sua relevância, quando a análise possui uma dimensão temporal, quando variados fatores em maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada proporcionam a compreensão da organização espacial. As transformações

entendidas, também, como rupturas e/ou continuidades ao longo do processo histórico, evidenciam verticalidades expressas nos interesses externos mediados pelo estado, interesses do capital a exemplo do turismo, que gera novas funções no espaço geográfico, onde agentes externos produzem efeitos que podem ser desejados, instituindo-se relações de convivência pacífica e coexistência comunitária ou, simplesmente, rejeitadas pelos agentes locais, as horizontalidades. Tal processo mediado por ações não é linear, sendo fundamental a análise do contexto para compreensão das formas organizativas e funções presentes no espaço resultante da organização da sociedade ao longo do tempo. Podemos afirmar que o espaço reflete os diferentes tempos nas suas representações, pelas diferentes idades entre os elementos que se formam, assumindo novas funções. O espaço geográfico é produto, condição e meio para reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico como um processo que se define como social e histórico, o que significa que há uma interação necessária entre espaço e sociedade.

Nessa linha de reflexão, pode-se dizer que a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social, de realização do ser social ao longo do processo histórico (CARLOS, 2001, p. 63-64). Este, enquanto espaço de identidade, é detentor de patrimônio ambiental. Acrescente-se, a esse respeito, a apropriação capitalista do espaço pelo turismo, que implica o uso das suas virtualidades não diretamente afetadas, com a finalidade de gerar bens materiais; espaços de lazer, de vivências, e de trocas de experiências.

Para Santos (1997, p. 51), o conceito principal é o de espaço geográfico. Em *Metamorfoses do espaço habitado*, considera o espaço como sistema de objetos associado a um sistema de ações, que caracteriza espaço, através do método dialético, em que fica evidente o movimento do espaço, na interação técnica, trabalho, Estado, mercado. Esta é uma maneira de explicar o espaço, destacando a sua diversidade e concebendo-o como um conjunto indissociável de objetos e ações, manifestados através de processos e funções. Afirma que o espaço é este conjunto indissociável que se expressa pela materialidade mais a vida que o anima. A interpretação materialista da espacialidade tem por base que essa é “socialmente produzida, que se apresentam através de formas substanciais – materialidades concretas – e um conjunto de relações entre os sujeitos sociais uma “corporificação” e um meio da própria vida social” (SOJA, 1993, p. 147).

## **Um novo rural que se constroi através das atividades não agrícolas e de uma nova agricultura**

No século XXI, passou-se a ter limitações para fazer referência a urbano e a rural. Com a industrialização do campo, os limites entre o rural e o urbano tornaram-se tênues e a intensificação do processo de globalização resultou na reintegração do campo e da cidade.

Duas considerações podem ser feitas no que se refere à interação entre urbano e rural. Na primeira, é possível dizer que espacialmente o rural se constitui como a continuidade do urbano. As áreas com características rurais ou rururbana sintetizam multidimensões quanto ao uso do solo, principalmente, em regiões metropolitanas, como ocorre na capital do Rio Grande do Sul, em que a totalidade da área do município é considerada urbana. Entretanto, 30% do seu território apresenta características rurais. Neste espaço desenham-se propriedades rurais com atividades agropecuárias e que se somam a estas agroindústrias, o turismo e a comercialização, os sítios de lazer e também a expansão de condomínios residenciais, entre outros. Em algumas áreas específicas do país presencia-se o surgimento desse novo rural, em que o proprietário rural diversifica as suas atividades econômicas e, ao mesmo tempo, agrega renda.

Na segunda, o rural é a extensão do urbano e se constitui como extensão, visto que o urbano ali se manifesta, onde muitas intervenções como a ocupação e a produção, os serviços são pensados e organizados a partir do urbano, mesmo que ocorra com relativa participação das comunidades locais. Um bom exemplo é o turismo. As políticas públicas, os planejadores e os organizadores da reestruturação do campo para acolher as novas atividades ou as novas formas de produção promovem o seu desenvolvimento a partir do urbano.

A industrialização da agricultura nas últimas décadas significou uma efetiva modernização da agropecuária, onde as tecnologias e os métodos produtivos introduzidos no campo são gestados no urbano. Enquanto essas transformações vão se delineando, assiste-se, também, ao surgimento da construção social de atividades não agrícolas e de uma nova agricultura.

Interessa aqui discutir as atividades não agrícolas e a nova agricultura. O que se pode definir como atividades não agrícolas e como nova agricultura?

Como não agrícolas, denominam-se as atividades que ocorrem no meio rural e que absorvem a população ali residente em atividades que interagem com as atividades agropecuárias ou não. As transformações que geram estas novas formas de ocupação, produção e prestação de serviço estão relacionadas ao crescimento da urbanização e à mecanização no campo. O processo de transformação no campo engendrou a possibilidade de associação de múltiplas atividades que envolvem as famílias dos produtores rurais, consoantes com princípios de ética, de sustentabilidade ambiental, da equidade social e da viabilidade econômica. Neste contexto, a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas pode ocorrer dentro e fora das propriedades.

E a nova agricultura, onde se podem encontrar suas origens?

As evidências indicam que está relacionada à agricultura alternativa.

Para Almeida (1999, p. 65), o termo “agricultura alternativa” reveste-se de uma forte conotação contracultural. Esses tipos de agricultura, que se pretendem diferentes, são definidos principalmente em relação à agricultura de tipo convencional ou “moderna” que se pratica nos países de desenvol-

vimento industrial avançado. Porém, as construções desta nova agricultura adquiriram formas diferenciadas no tempo e no espaço e, para entendê-la, torna-se necessário o conhecimento de cada realidade.

Neste contexto de mudanças, cabe resgatar algumas evidências que demonstram este caminho na busca de uma nova agricultura que se constrói através de elementos que são comuns numa escala ampliada e outros que têm sua identidade relacionada ao local e são mais específicos. Toma-se como exemplo, neste último, a pesquisa realizada nos Caminhos Rurais de Porto Alegre. Na expressão de Gliessman (2000, p. 539), um dos maiores objetivos do desenvolvimento de uma agricultura sustentável é reverter o legado de destruição e negligência. A produção agrícola pode ser feita de modo a contribuir para a conservação dos recursos bióticos e à proteção da qualidade ambiental.

Na visão de Capra (2002, p. 238), que propõe uma reflexão ampliada sobre a ciência para uma vida sustentável, quando trata de comunidades sustentáveis faz referência a estas como comunidades que desenvolvem seus “modos de vida (negócios, economia, estruturas físicas e tecnologia) no decorrer do tempo, mediante a uma interação contínua com outros sistemas vivos, tanto humanos quanto não humanos. Não é um processo estático, mas um processo dinâmico de coevolução”. Nesta perspectiva, “não são inventadas novas comunidades humanas sustentáveis” (Capra, 2002, p. 238), mas as transformações se realizam a partir de uma organização já existente, adequando-as de acordo com os ecossistemas naturais.

Nessa ótica, o conceito de agricultura alternativa permite compreender o processo pelo qual passaram as pequenas propriedades rurais e os agricultores em busca de alternativas de renda, em consonância com os princípios de sustentabilidade.

## **Análise de conteúdo como recurso metodológico**

Análise de conteúdo, no contexto dessa pesquisa, revela uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento (FRANCO, 2008, p. 10). Observa-se a aplicabilidade da análise de conteúdo como recurso metodológico ao estudo da apropriação/transformação do espaço geográfico. Busca-se, através dessa modalidade de análise as formações imaginárias, como o sujeito percebe o espaço geográfico em que a inscrição ideológica e a materialidade percebida revelem os significados do ambiente e as suas funcionalidades. É também uma forma de investigar a inserção histórico-ideológica do sujeito, mediante ao reconhecimento do seu modo de vida, das suas práticas, ou ainda como o ser humano se relaciona com as condições materiais de sua existência.

As entrevistas, no que se refere à análise qualitativa, foram tratadas através desse caminho metodológico, utilizando-se de categorias criadas



*a priori*. Essas se realizaram com os proprietários rurais, em que as informações reveladas pelos entrevistados se constituíram como subsídio para a análise. Muitos dados resgatados objetivaram averiguar fatos e opiniões, e ainda nessa oportunidade foram oferecidos documentos importantes para o resgate do processo de reorganização socioeconômica e diversificação nos estabelecimentos rurais. Para a operacionalização deste procedimento foram criadas agendas com os proprietários rurais.

A entrevista, estruturou-se em quatro temas: história da propriedade (funcionalidades anteriores e atuais e atividades econômicas desenvolvidas), atividades agrícolas e não agrícolas (como se deu essa organização, origem da agroecologia, agroindústria, comércio e turismo, origem do associativismo, como era a propriedade antes da organização produtiva atual, forma de produção, comercialização), turismo (como se implantou o turismo e a sua composição com a agricultura) e sustentabilidade (capacidade de se manter com a propriedade e satisfação).

## **DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E INCLUSÃO SOCIAL**

A atual capital do Rio Grande do Sul retrata, nas suas raízes, a formação de estâncias, onde se desenvolvem atividades agropecuárias e, com seu parcelamento, há uma nova configuração territorial através de chácaras e sítios, onde inicialmente se desenvolviam apenas atividades agropecuárias, atualmente, associam-se a essas as atividades não agrícolas, por meio de uma composição entre atividades econômicas na intenção de ampliar as formas de geração de renda. Considera-se que essas formas de organizações produtivas alternativas têm resultado em Arranjos Produtivos Locais APLs, que se fazem baseados em princípios de cooperação, de comercialização justa e de solidariedade, com vistas a sustentabilidade dos agentes sociais envolvidos. No período atual a área com características rurais na capital do Rio Grande do Sul, conforme dado dos órgãos oficiais, atinge cerca de 30% do território do município que totaliza 476,30 Km<sup>2</sup> (Censo IBGE/2000).

### **Agricultura, comércio, agroindústria e turismo**

Considera-se que a crise na agricultura enfrentada pelos produtores rurais nas últimas décadas promoveu um intenso repensar sobre a forma de produção e também sobre a comercialização. As décadas de 1960, 1970 e 1980 constituíram-se como um momento de mudanças nas áreas rurais. A mecanização das lavouras e a valorização da monocultura em grandes extensões de terra trouxeram como consequência a desvalorização dos pequenos agricultores. Ademais, é perceptível que muitos agricultores têm a intenção de realizar investimentos em suas terras, mas como operam com retorno relativamente reduzido, prioriza-se a subsistência da família, com pouco investimento nas unidades de produção.



No contexto da agricultura, a agroecologia, entendida como um conjunto de princípios que norteiam um método próprio no desenvolvimento de agrossistemas agrícolas, está sendo implementada na zona sul do município, constituindo-se como atrativo turístico nos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Entre os anos de 1997 e 1998, as propriedades rurais que desenvolviam a agricultura convencional iniciaram um processo de transição para a agroecologia. Tal mudança ocorre porque esses proprietários começaram, por vários motivos, a questionar o sistema de cultivo e as formas de comercialização.

Pelo relato de agricultores das propriedades agroecológicas estudadas nesta pesquisa, é possível identificar alguns motivos que se somam e resultam na transição da agricultura convencional para a agroecologia. Entre eles, o tamanho da propriedade, que não permite uma produção em larga escala; a comercialização da produção envolvendo intermediário; o custo da produção; a saúde e a satisfação do agricultor; as políticas públicas de fomento à agroecologia; o mercado consumidor para produtos orgânicos; e também o momento histórico, em que se amplia a informação sobre meio ambiente. Além disso, os agricultores fazem referência ao conhecimento que trazem da agricultura tradicional, em relação ao manejo agrícola e ao conhecimento do comportamento do ambiente. Este conhecimento tradicional, junto com o conhecimento técnico, possibilita novos objetivos e também um novo objeto, tanto no manejo agrícola, como na sua relação com o ambiente e com a sociedade.

No município de Porto Alegre, mais especificamente na área de estudo, fig.1, no bairro Lami, a perspectiva de transição de uma agricultura convencional para a agroecologia teve alguns obstáculos. Entre eles, cabe destacar a instalação do Aterro Sanitário da Extrema<sup>3</sup>, que esteve em efetiva operação entre os anos de 1997 e 2002 (REICHERT & REIS, 1998, p. 388).

Havia denúncias de moradores, que reclamavam de vazamentos de chorume e possível contaminação do solo e das águas, inclusive por metais pesados, o que impossibilitava o desenvolvimento de uma agricultura ecológica. O movimento gerou questionamentos e o ano de 1997 marcou o início da opção pela agroecologia entre os proprietários rurais.

No entanto, a partir de 1998, na intenção de fomentar uma outra agricultura, principalmente através de assistência técnica, destaca-se entre as intervenções governamentais a atuação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC, Centro Ecológico IPE (convênio com EMATER) e da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, através da EMATER/RS, que promovem, com os agricultores, o questionamento sobre a agricultura convencional e a possibilidade de optar pela agroecologia, respaldados por política pública. Assim inserida, a efetiva participação da EMATER com assistência técnica contribuiu para direcionar a agricultura familiar para a agroecologia e criar as bases para o turismo agroecológico.

---

3 Protesto bloqueia o aterro da Extrema. 1999. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out.

A agroecologia, reconhecida pelos agricultores agroecológicos e objeto deste estudo, é fruto de uma política pública desenvolvida no Rio Grande do Sul. De 1999 a 2002, na gestão de Olívio Dutra, se desenvolveu uma política de desenvolvimento regional baseada no reconhecimento da possibilidade de aliar o conhecimento técnico e o conhecimento tradicional, no intuito de desconcentrar a renda e estabelecer uma melhor relação entre agricultura e ambiente no espaço rural. Essa política, na sua abrangência, inclui agricultores da zona sul de Porto Alegre a partir da segunda metade da década de 1990. Esse fomento à agroecologia como política pública se mantém no estado até 2002. Com o término da gestão do governador Olívio Dutra, a EMATER redefine suas políticas públicas; porém, a experiência com a agroecologia havia ficado com os agricultores. Na EMATER, muitos técnicos por vocação e opção como profissional, permanecem atendendo às demandas dos produtores agroecológicos. No entanto, a diminuição de quadros para assistência técnica gera carência de atendimento nas propriedades. No intuito de manter a assistência, atualmente a EMATER atende às associações. Como não possui técnicos para individualizar o atendimento, raras vezes vai até as propriedades na atividade de extensão.

A partir do desenvolvimento da agroecologia, os agricultores percebem que essa se ampara em novos paradigmas: numa dinâmica/dialética, a produção do conhecimento e a sua aplicação ocorrem simultaneamente a ponto de a valorização do conhecimento empírico ser produzido e reproduzido pelos agricultores. Cria-se um diferencial, com a socialização do conhecimento, em que as trocas de experiências, na área de intervenção, nos Caminhos Rurais, têm acontecido espontaneamente entre os agricultores agroecológicos.

Quando se fala em agroecologia, fala-se em troca, solidariedade, trabalho conjunto, pois não é possível desenvolvê-la individualmente, já que o objetivo comum é a sustentabilidade. É necessário ousar, experimentando outras possibilidades na agricultura. No caso de Porto Alegre, as propriedades agroecológicas, em sua maioria, estão concentradas no Bairro Lami e na área adjacente. Deve-se ressaltar que, no período analisado, a realidade da zona sul de Porto Alegre não comportava uma produção em larga escala. Cabia aos agricultores buscar formas de manter a produção e a propriedade. Para muitos deles, isso se deu através da diversificação da produção, da comercialização direta, da agroindústria e do turismo.

As últimas décadas foram marcadas pela aplicação de formas alternativas no intuito de operacionalizar práticas sustentáveis em relação ao ambiente. Neste contexto, as questões sociais, até então pouco investigadas, passam a ser alvo de discussões e pesquisas, porque, ao analisar a realidade, evidencia-se que os problemas ambientais são efetivamente problemas sociais.

Autores como Schneider (1994; 1999), Silva (1996; 1999) e Carneiro (1998; 1999) têm como objetivo estudar as unidades familiares e, aliada a essas, a diversificação de atividades que ocorrem dentro e fora das propriedades,

combinando as atividades agrícolas e não agrícolas. Na área de estudo, entre as atividades não agrícolas, destacam-se, a comercialização e a agroindústria. Essas atividades, desenvolvidas em diversos estabelecimentos rurais, estão diretamente relacionadas com a atividade principal da propriedade, que é a produção agrícola, e se somam ao turismo em uma composição de renda para as famílias. É no contexto da transição para agroecologia que se inicia a organização de novas formas para gerar renda, criar novos empregos e agregar valor à produção com oportunidade para homens e mulheres do meio rural.

A formação de associações para comercialização da produção também se constituiu como uma condição necessária, tendo em vista que um dos critérios para conquistar espaço público para comercialização da produção é o associativismo. Por associativismo, em sentido *lato*, entende-se o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15). Dentre as formas de associativismo, Albuquerque (2003, p. 16) cita as formas políticas, religiosas, de trabalho, de estudo, de comitês, núcleos de produção, consumo, distribuição. E ainda os motivos podem ser sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais.

Para os agricultores agroecológicos, tomando como referência a classificação anterior, a associação de trabalho é a que demonstra características que se identificam com o tipo de associação por eles(as) formada. Trata-se de uma associação de pequenos proprietários organizados pela realização de atividades produtivas: a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias. Além dessas transformações na produção e na organização dos agricultores(as) também adquire importância a inclusão das mulheres nas atividades não agrícolas, através da agroindústria, da comercialização e do turismo.

A presença do Estado tem um papel fundamental nessa transição, em que a gestão municipal fomenta a produção e comercialização, e a EMATER/RS, em convênio com o Centro Ecológico IPÊ, fornece a assistência técnica. Nesse período, identifica-se a necessidade de produzir e comercializar em função de existir mercado consumidor para os produtos orgânicos.

Em 1999, a formação da Associação dos Produtores Ecológicos do Lami, por meio de sua organização, possibilitou a comercialização em feiras. A comercialização na Rua José Bonifácio foi considerada pelos agricultores como uma grande conquista. Esse espaço é reconhecido pela população, pois acontece na mesma rua onde já se institucionalizou o Brique da Redenção. Esses espaços de comercialização foram sendo relativamente socializados, oportunizando a inclusão de um número maior de sujeitos nessas atividades. Discutia-se o conceito de autogestão e as duas questões que se tornam um desafio para os agricultores e para os órgãos oficiais que comungam nessa mudança de paradigma: a falta de mercado e a falta de produção. Em princípio parecia que uma poderia resolver a outra.

Para muitos agricultores de Porto Alegre, o desafio foi entendido como uma oportunidade de definir-se pela agroecologia ou pela agricultura orgânica e buscar, através das associações, formas para diversificar a produção e gerar complementaridade entre as propriedades. Diante desse desafio, foi necessário articular-se em associações – atendendo à exigência do poder público municipal – com o que ampliaram os pontos de comercialização da produção.

A autogestão é entendida como uma prática de administração democrática de formas de organização solidárias. Como é fundamentada no princípio democrático, todas as decisões devem ser tomadas em assembleia. As decisões de rotina são de responsabilidade de representantes, escolhidos pelos sócios ou por diretoria eleita pelos mesmos (SINGER, 2002, p. 18-9).

Singer (2002) faz referência à necessidade de esforço adicional para manter as organizações solidárias, visto que estas envolvem conflitos, necessidade de tomar partido e participar de encontros (reuniões) que não raras vezes tornam-se cansativos. Ademais, destaca que “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios”. Seguindo nesta mesma linha, as entrevistas com os agricultores revelam, em seus relatos sobre a formação e a dissidência nas associações, que essas formas de organização exigem muita energia e esforço dos associados, tendo ocorrido, na trajetória dos agricultores agroecológicos e na interface destas propriedades com a agroindústria, com a comercialização e o turismo, diferentes formas de organização em associações. Entretanto, o que fica evidente é que estes(as) agricultores(as), nas suas diferentes atividades, mantêm alguma forma de inclusão em associações. No entanto, apenas a produção agroecológica e o espaço para comercialização não são suficientes para inclusão destes agricultores. Isto não é tão simples porque, havendo produção para viabilizar a sua inserção no mercado, é necessário haver certificação ou reconhecimento desta como orgânica. Atualmente, a EMATER/RS está cadastrando os agricultores no Ministério da Agricultura, com a intenção de organizá-los em uma Organização de Certificação Solidária (OCS), cujas exigências legais a produção seria reconhecida como agroecológica.

As atividades relacionadas à agroindústria, que são desenvolvidas utilizando como matéria-prima o excedente gerado na propriedade e não comercializado na feira, resultam na transformação em diferentes produtos a exemplo das geleias, das pastas, das compotas, entre outros. Esses produtos também são encaminhados para comercialização, no espaço da feira ou na propriedade, por ocasião das visitas turísticas. Considera-se que esta é uma forma de evitar o desperdício, visto que a produção, além de ser comercializada *in natura*, também é reaproveitada e transformada para diferentes usos, como a sua transformação na agroindústria, no consumo doméstico e na formação de compostos orgânicos para adubação das hortas. Até o ano de 2009, essa produção, denominada pelos empreendedores como agroindus-

trial, realizou-se nas cozinhas das residências dos (as) proprietários (as). No entanto, a partir de 2011, essa prática não mais será possível – a regulação federal não permitirá esta forma de produção, necessitando de maiores critérios quanto à segurança dos produtos. Nesse sentido, há um encaminhamento aos órgãos oficiais competentes para instalação de uma agroindústria coletiva. Trata-se de um projeto de fomento à agroindústria familiar e artesanal. Identifica-se a necessidade de adaptar as instalações e os critérios para produção à legislação da agroindústria artesanal.

A prática adotada até o presente momento tem como critério, para esse tipo de produção, apenas a emissão de um laudo da Secretaria Municipal de Saúde SMS e da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC, atestando a produção das pequenas agroindústrias, o que facilitou a inserção dos agricultores nessa alternativa de geração de renda. As propriedades em questão integram a produção agrícola, o excedente transformado na agroindústria e a comercialização que ocorre em vários pontos: eventos, feiras, propriedades e demais pontos de comercialização, com incremento na geração de renda. No que se refere ao turismo, a nova tendência, em relação ao desejo do turista, opõe-se às viagens massificadas, impessoais e a roteiros marcados por grandes obras arquitetônicas e não raras vezes constituindo-se como não lugares. Nesse novo momento do turismo, há procura por áreas que mantêm suas características como autenticidade do lugar, natureza conservada, organização produtiva e estilo de vida rural.

O turismo no espaço rural tem sua inserção explicada, prioritariamente, como uma alternativa de renda. Atualmente possui uma ligação importante com a agroecologia. Justifica-se a aliança entre essas duas atividades econômicas pelo fato de esse tipo de agricultura se constituir como um atrativo pela sua diversidade, pela identidade da família com a propriedade e com a forma como se desenvolvem as atividades produtivas.

No município de Porto Alegre, havia uma tendência ao desenvolvimento do turismo como um destino de negócios e eventos. Não havia a compreensão da cidade como um destino que possibilitasse alternativas diversas. No entanto, esta tendência foi questionada. Buscava-se uma forma em que a cidade também pudesse oferecer ao turista, entre outros, os atrativos natural, cultural e, portanto, ambiental. Essas representações são de particular importância nos processos de redefinição da oferta turística no município. Identifica-se, como um marco para o fomento ao turismo e para sua valorização no âmbito das políticas públicas, a inserção desse no contexto da definição de recursos públicos, através das prioridades estabelecidas no Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo (OP) é entendido como um mecanismo governamental de democracia participativa que permite ao cidadão influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimento da prefeitura municipal, através de processos de participação cidadã. Com isso, a sociedade civil passa a ocupar, a partir de

1989, espaços que antes mesmo tendo direito lhe era negado. Essa forma de participação popular constituiu-se a partir de 1989 quando a Frente Popular assume a gestão do município.

Em 1999, a constituição do OP em unidades temáticas iniciou a discussão por temas e o desenvolvimento da cidade como um todo. A unidade temática de desenvolvimento econômico e turístico conseguiu se organizar com a forte participação dos produtores rurais e pescadores, representativos nas unidades temáticas. Isto também fortaleceu o eixo da política pública de turismo para duas regiões – na Ilha da Pintada e nas festas com o resgate das atividades produtivas e os aspectos culturais da população onde hoje se desenhou os Caminhos Rurais (COODESTUR, 2009).

Inicialmente, as ações do Escritório Municipal de Turismo se desenvolveram em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES), neste período com a PUC/RS, que era a única instituição que tinha o curso de Turismo em Porto Alegre. Em 2001, foi realizado o inventário da oferta turística do bairro Lami, consolidando-se apenas os espaços que não necessitavam de demanda de recurso público para o desenvolvimento do turismo. Os empreendimentos que adotavam a agroecologia, porque possuíam a produção e esta se constituiu como atrativo, não necessitavam de recursos externos. Buscaram a valorização de suas atividades produtivas e a comercialização direta dos seus produtos. Os demais proprietários, que não são agroecológicos, foram-se agregando aos roteiros e buscando atividades complementares, na intenção de dinamizar as propriedades. E assim, o turismo nos Caminhos Rurais se constituiu como complemento às outras atividades desenvolvidas na propriedade e realiza-se sem muito investimento, os atrativos, são principalmente a produção agrícola, a gastronomia, o contato com ambiente e o estilo de vida rural. Estima-se que a totalidade de investimentos entre 2006 e 2011 nos Caminhos Rurais, incluindo os 36 empreendimentos, seja de aproximadamente R\$ 800.000,00, em sua maioria oriundos de linhas de crédito do Ministério do Turismo.

Em um primeiro momento, os roteiros agroecológicos foram promovidos no âmbito do programa Turista Cidadão, oportunizando ao porto-alegrense conhecer a sua cidade. Esses roteiros definidos como setoriais eram classificados de duas formas, Roteiro Ecológico e Roteiro do Centro Histórico. Importa aqui tratar sobre os roteiros ecológicos que, na sua continuidade, originaram os Caminhos Rurais. Segundo os produtores rurais, o benefício com o desenvolvimento do turismo é o envolvimento da família no trabalho no âmbito da propriedade e a diversificação das atividades para composição da renda. Conforme a percepção dos agricultores da zona sul de Porto Alegre, esta área tem sido, atualmente, enormemente atingida pela expansão urbana. Nesse esforço para dar visibilidade à área rural, o escritório de turismo identificou a possibilidade de desenvolver o turismo na zona sul da capital. Verifica-se que a mudança na gestão municipal, no ano de 2005, não promo-

veu ruptura ou desorganização do turismo em relação aos Caminhos Rurais. Cabe reforçar que as ações promovidas para dinamizar o turismo e qualificar a oferta turística têm se estabelecido, atualmente, através de parcerias que se firmam entre organizações governamentais e não governamentais, incluindo recursos oriundos do Ministério do Turismo, Secretarias Municipais, a Secretaria Municipal de Turismo SMTUR, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC e Secretaria Municipal de Educação SMED e a Cooperativa de Desenvolvimento do Turismo COODESTUR. Na verdade, deu-se continuidade aos produtos já consolidados junto aos empreendedores que estiveram mobilizados para a manutenção desses caminhos rurais. Inicialmente, houve uma forte preocupação do poder público em demonstrar a quantidade de atrativos, através do levantamento da oferta turística e, posteriormente, com o cadastramento dos empreendimentos, atrativos e equipamentos turísticos.

Hoje, resultado de parceria entre o Ministério do Turismo e a Secretaria Municipal de Turismo e a COODESTUR, desenvolve-se o projeto Turismo de Base Comunitária, que demandou um aporte de recursos de R\$ de 146.000,00 para a realização de diagnóstico e ações de qualificação da oferta turística e promoveu uma reordenação dos Caminhos Rurais através de roteirização temática (COODESTUR, 2009). Para continuidade da qualificação da oferta e geração de novos produtos, em 2010, foi aprovada uma nova etapa do projeto Turismo de Base Comunitária, para 2011 que totalizou R\$ 460.000,00. Já em 2006, criou-se a Associação Porto Alegre Rural, que é uma organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos. Nasce no intuito de promover a integração entre o espaço rural e o urbano e de possibilitar o desenvolvimento das atividades turísticas. A associação é formada por proprietários de sítios ou pequenas propriedades oriundas de antigas estâncias do final do século XIX. Essa associação mantém uma efetiva atuação e tem promovido à organização dos empreendedores visando ao desenvolvimento do turismo.

A formação dos Caminhos Rurais, em Porto Alegre, pode ser atribuída a três pontos fundamentais: à necessidade dos produtores rurais de agregar outras formas de geração de renda para a propriedade; ao interesse dos agricultores e de algumas secretarias de governo municipais e estaduais em dar visibilidade às áreas rurais e evitar o seu desmonte; e às políticas públicas e parcerias que se criam, no intuito de gerar e qualificar produtos turísticos. Nesse contexto, a partir de 1999, estabeleceram-se políticas públicas e parcerias para realização dos trabalhos necessários de levantamento da oferta turística, no intuito de realizar investimentos para geração de produtos turísticos, por meio do levantamento da infraestrutura, dos atrativos e de serviços, visto que, a falta de valorização da área rural incentiva a especulação imobiliária. Como essa parte do território aparentemente não apresenta dinamismo, quando observada a partir do urbano, parece estar à espera da expansão urbana.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os entrevistados tenham informações sobre a estrutura agrária e percebam que se tem intensificado a divisão das terras nas últimas décadas enquanto ocorrem transformações nas atividades econômicas, nota-se que fazem referência à desvalorização do rural no contexto da cidade. Consideram que o turismo se constitui como uma forma de resgatar a autoestima da população local e, ao mesmo tempo, promover a valorização dessa porção do território do município, com característica rural, pela população que habita a área intensamente urbanizada. Por outro lado, alguns atribuem aos próprios moradores a desvalorização do rural. Entendem o rural como periférico; fazem referência às políticas públicas que se destinam com maior intensidade às áreas que apresentam maior densidade populacional. Porto Alegre tem 97% da sua população na área urbana e apenas 3% da sua população na área com características rurais, portanto, quem decide a cidade é o urbano.

O novo espaço rural que se configura é diverso. Nessa realidade convivem agricultores tradicionais e aqueles que deixam a sua residência na área urbana e passam a viver na área rural, ambos em busca de outro estilo de vida. São atribuídos a esses novos atores sociais alguns benefícios que podem ocorrer no espaço rural como preservação ambiental; produção, em menor escala e com maior diversificação; manejo agrícola com menor impacto ambiental e de um modo geral o engajamento desses em busca da sustentabilidade.

Entretanto, entre as propriedades analisadas, evidencia-se que três famílias, têm seus membros residentes na propriedade rural. Nota-se que as demais famílias compõem a renda com atividades independentes daquelas geradas pela propriedade rural. Além de desempenharem suas funções na unidade produtiva, aliando atividades agrícolas e não agrícolas, em alguns casos para ampliar as formas de geração de renda, também exercem atividades fora da propriedade como profissional liberal, funcionário público, entre outros. Destaca-se a importância do desenvolvimento de atividades relacionadas à agropecuária, que também vem se fortalecendo no meio rural. Nestas evidencia-se a possibilidade de sustentação das diferentes atividades, quando a renda familiar se faz pela incorporação de outras possibilidades, que estão sustentadas pela agricultura e pela pecuária. Para o turismo, a manutenção das atividades agropecuárias se constitui como um importante elemento para o desenvolvimento de segmentos de turismo que ocorrem em áreas rurais ou com características rurais.

Desta forma, a manutenção das famílias no campo está relacionada à resistência destes agricultores, mas ao mesmo tempo, às políticas públicas que se desenvolvem nesse espaço. Os Caminhos Rurais são formados por propriedades localizadas em uma área já reconhecida pelo plano diretor como urbana e se constituem como territórios de resistência frente à expansão urbana.

A diversificação das atividades produtivas, incluindo o turismo, além de gerar uma outra espacialidade no meio rural, também modifica o ritmo de sua gente. O urbano que entra no rural é capaz de se reproduzir na vida das pessoas, e a dinâmica que se estabelece fica “distante” do que existia no campo. Na memória de alguns moradores ficaram as paisagens impregnadas de verde e o trânsito de barcos e cavalos. Mesmo que estes se mantenham no Lami, em um ritmo contínuo, as horas de trabalho muitas vezes superam as possibilidades desses proprietários rurais. Presencia-se, não raras vezes, uma agenda de atividades de domingo a domingo, onde se incluem os trabalhos desenvolvidos na agropecuária, na agroindústria, na feira, no turismo e, para alguns, atividades independentes das relacionadas à propriedade rural.

As formas organizativas e as diferentes práticas da agricultura, da agroindústria, do comércio justo e do turismo no espaço rural permitiram diferentes formas de inserção dos agentes sociais. Entende-se que estas transformações ocorridas em meio à globalização/competição promovem espaços de solidariedade, gerando o que Rogério Haesbaert (2002) define como “territórios alternativos”. A interpretação da diversificação de atividades que envolvem os agricultores e suas famílias, através da construção teórico-metodológica permitiu constatar sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **A Construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ALBUQUERQUE, P.P. Associativismo. In: CATTANI (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAPRA, F. **As Conexões Ocultas Ciência Para Uma Vida Sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARLOS, A.F.A. “**Novas**” **Contradições do Espaço**. In: O espaço no fim do século: a nova raridade. Damiani. A. L. Carlos. A.F.A. Seabra.O.C.L. (Orgs.). 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro. Contracapa, 1998.

CARNEIRO, M.J. **Política de desenvolvimento e o “novo rural”**. In: Seminário “O NOVO RURAL BRASILEIRO, 1999, 25 páginas, Campinas.

**COODESTUR Cooperativa de Desenvolvimento do Turismo. MTUR Ministério do Turismo. SMTUR Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre.** Associação Porto Alegre Rural. Projeto Turismo de Base Comunitária – Diagnóstico e roteirização temática nos Caminhos Rurais. **Porto Alegre, 2009.**

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 3 ed.: Liber Livro Editora, 2008.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**.- Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre** – Lei 43/79. Porto Alegre, 1994.

REICHERT, G.A.; REIS, J.C.F. **Custos de implantação e de operação de aterro sanitário – estudo de caso: Aterro da Extrema, Porto Alegre, RS**. In: Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental, 2, 1998: Porto Alegre, Artigos Técnicos. Porto Alegre: Abes, 1998. P.387-392.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp- IE, 1996.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 1 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista da Reforma Agrária**, Campinas, ( 24 (3): 106-132, Set/Dez, 1994.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perceu Abramo, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografia Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução da 2. ed. Inglesa de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.